

# TRAJETOS DA ARQUITETURA CIVIL NA CIDADE DO PORTO DO SÉCULO XIX À PRIMEIRA METADE DO SÉCULO XX

NUNO FERREIRA\*

MANUEL JOAQUIM MOREIRA DA ROCHA\*\*

## 1. A PROCURA DE UM ESTILO PARA A ARQUITETURA DA CIDADE DO PORTO ATÉ AOS PRIMEIROS ANOS DO SÉCULO XX

O Porto no início do século XIX mantinha ainda uma imagem de cidade amuralhada, densa e voltada para o rio, mas já há muito se tinha expandido em direção a zonas rurais, como Massarelos, o Campo de Santo Ovídio (hoje Praça da República) e à freguesia de Santo Ildefonso. A expansão e adensamento do núcleo medieval ocorreram em grande parte no século XIX, tendo por base a malha urbana preexistente, ou seja, os eixos de acesso à cidade criados no século XVIII, os loteamentos de muitas quintas, e o alinhamento de caminhos antigos<sup>1</sup>. Algumas das maiores alterações na fisionomia da cidade verificaram-se nos anos 30, quando houve uma redefinição do território urbano com a anexação das freguesias periurbanas de Lordelo, Paranhos e Campanhã<sup>2</sup>. Para as alterações fisionómicas da cidade contribuiu também, e como consequência do Cerco do Porto (1832-1833), o abandono da zona baixa da cidade por parte da população mais abastada, e a procura de refúgio nas zonas mais altas e

---

\* Doutor em História da Arte Portuguesa, pela Faculdade de Letras da Universidade do Porto; Investigador do CITCEM. nunopsferreira@gmail.com.

\*\* Professor de História da Arte, Departamento de Ciências e Técnicas do Património, Faculdade de Letras, Universidade do Porto; Investigador do CITCEM. mrocha@letras.up.pt.

<sup>1</sup> FERREIRA & ROCHA, 2013: 192; RAMOS, 2000: 382-389.

<sup>2</sup> FERREIRA & ROCHA, 2013: 194-196.

menos urbanizadas<sup>3</sup>. Estas novas zonas sofreram um autêntico reordenamento espacial e social, enquanto que a cidade intramuros ficou entregue à população menos abastada, começando a ficar sobrelotada e degradada<sup>4</sup>.

A burguesia mercantil, representada na Associação Comercial do Porto, assumiu importância na economia da cidade e na promoção e gestão de algumas iniciativas urbanas, como por exemplo a construção do Palácio da Bolsa (1840) ou do Tribunal do Comércio numa parte do convento de S. Francisco. A construção destes dois edifícios, para além de implicar a reorganização da malha urbana envolvente, representou a demarcação de um novo centro financeiro e mercantil e reforçou a «consolidação da zona ribeirinha como centro da vida comercial da cidade»<sup>5</sup>. Por outro lado, o centro cívico e social passou a funcionar na zona alta da cidade, mais concretamente na Praça Nova e seus arredores, onde se instalou a Câmara Municipal. O indício de que a cidade se afastava do rio foi reforçado por algumas ações desencadeadas pela própria autarquia, nomeadamente a inauguração dos Mercados do Bolhão e do Anjo, respetivamente em 1837 e 1839, e dos jardins de S. Lázaro (1834) e da Cordoaria (1866)<sup>6</sup>.

A partir da segunda metade do século, sobretudo desde 1864, até aos inícios do século XX, e associado ao processo de industrialização, ao desenvolvimento do transporte urbano, às novas exigências do trânsito motorizado e ao aumento da população, verifica-se o alastramento e adensamento da malha urbana, o que levaria à remodelação e melhoramentos de diversas zonas da cidade, à abertura de infraestruturas públicas e ao eclodir de novas zonas residenciais. Estes fatores geraram preocupações ao nível do planeamento urbanístico, levando à criação de enquadramentos legais, nomeadamente os «Planos Gerais de Melhoramento» (1864)<sup>7</sup>. A criação de estruturas levou ao aparecimento de algumas das obras mais importantes da «arquitetura do ferro e do vidro». A maioria dos exemplos desta arquitetura estão relacionados com o sector dos transportes urbanos, como é o caso das pontes D. Maria Pia (1877) e D. Luiz (1886), ou a Estação Central de S. Bento (1896-1911), mas também existem outros programas, como a biblioteca da nova Alfândega (1859), o Pátio das Nações, no Palácio da Bolsa (1861-1910), o Palácio de Cristal (1865) e o Mercado Ferreira Borges (1885). Estes edifícios testemunham a aproximação da cidade às opções construtivas e inovadoras que caracterizam muitas outras cidades da Europa no século XIX<sup>8</sup>.

---

<sup>3</sup> FERNANDES, 1995: 30.

<sup>4</sup> FERNANDES, 1995: 383-384.

<sup>5</sup> ALFREDO, 1997: 36.

<sup>6</sup> FERREIRA & ROCHA, 2013: 197-199.

<sup>7</sup> FERREIRA & ROCHA, 2013: 202-204.

<sup>8</sup> FERREIRA & ROCHA, 2013: 204-205; AMORIM, 1998: 35; PACHECO, 2013: 123.

O grande desenvolvimento industrial que ocorreu na cidade transformou as freguesias do Bonfim e Campanhã em zonas marcadamente industriais. A criação destes complexos industriais nas zonas de expansão levou ao deslocamento e à instalação da população operária, primeiramente nas «ilhas» e posteriormente nos bairros e colónias operários<sup>9</sup>. A construção dos primeiros bairros (como alternativa às «ilhas») ocorre na sequência dos surtos de peste bubónica e à consequente imposição de um cordão sanitário. O jornal «O Comércio do Porto» e a Câmara Municipal uniram esforços para a construção dos bairros operários do Monte Pedral (1889), de Lordelo (1902) e do Bonfim (1904)<sup>10</sup>. Será já com a implantação da República (1910) e com o Sidonismo que a cidade vê surgir o seu primeiro bairro social, o Bairro Sidónio Pais (atual Bairro Social da Arrábida), inaugurado em 1918. A Câmara vai também promover a construção, entre 1915 e 1919, de algumas colónias operárias, como é o caso da «Colónia Viterbo de Campos»<sup>11</sup>. No entanto, o investimento neste tipo de habitação ocorrerá sobretudo a partir dos anos 30 do século XX.

Ao mesmo tempo que a cidade sentia os sintomas da industrialização, com a presença de estruturas industriais e uma série de infraestruturas básicas que permitiam o rápido acesso às zonas mais afastadas do núcleo primitivo, nas áreas periféricas permanecia um contexto de ruralidade. Vai ser nestas áreas periféricas (Paranhos, Campanhã e Ramalde) que se vai erguer grande parte das quintas e casas de lavoura<sup>12</sup>. Estas formas de habitar vão coexistir com outros modelos de habitação comuns à época, tais como as casas em andares, as habitações polifuncionais (onde a habitação convive com o comércio e outras funções), e diversos tipos de habitações monofuncionais: casas térreas, casa típica do Porto «estreita e alta», inserida na estrutura de lotes estreitos e profundos, em banda, conjuntos ou construída de forma autónoma, os palacetes e as «casas grandes» (estas últimas destinadas às elites do Porto e de aspecto arquitetónico mais imponente). A casa «estreita e alta» começa por surgir nos arruamentos criados com a expansão da cidade, mas rapidamente se torna um modelo usado para toda a expansão da cidade.

Nos inícios do século XX estava em conclusão a Avenida da Boavista, abria-se a Rua de Álvares Cabral e prolongavam-se a Avenida Fernão de Magalhães e a Rua de Júlio Dinis. A Avenida da Boavista é, nesta época, o principal eixo de expansão da cidade, enquanto que na Rua da Constituição se intensificava o desenvolvimento da malha lateral, sobretudo na área compreendida entre as ruas de Serpa Pinto, de S. Dinis e Antero de Quental<sup>13</sup>. Ao mesmo tempo, a zona central da cidade é alvo de

---

<sup>9</sup> MATOS, 1994; TEIXEIRA, 1992.

<sup>10</sup> MATOS, 2001.

<sup>11</sup> MATOS, 1994: 685; COSTA, 2001.

<sup>12</sup> FERREIRA, 2013.

<sup>13</sup> OLIVEIRA, 2013: 116.

diversos planos de melhoramentos, de que são exemplos o «Plano de Melhoramento e Ampliação da Cidade» (1914), a «Renovação Central da Cidade» (1915) e o «Plano de Melhoramentos da Cidade do Porto» (1916). Ao longo das décadas seguintes a Avenida dos Aliados vai-se desenvolver e impor enquanto foco estrutural da cidade, sendo frequentemente visada nos planos urbanísticos.

É nestas novas artérias e na zona central da cidade que, entre os finais do século XIX e os anos 20 do novo século, se verifica um «surto de novas arquitecturas»<sup>14</sup>, com «consciência de um novo tempo e da construção de um novo espaço»<sup>15</sup>, em que o uso e predominância de linguagens que caracterizam as correntes «neos», ecléticas e revivalistas são um retrato do panorama cultural da época. Evidencia-se a idealização e construção de edifícios que obedecem a uma grande diversidade de linguagens estética e artística. O gosto pelas correntes dos «neos» e a sua integração na arquitectura portuense está bem patente nos edifícios projetados para a Rua José Falcão (em estilo neoisâmico e cuja fachada é revestida por azulejos da Fábrica das Devesas), na capela dos Pestanas (na Rua do Almada, projetada por J. Macedo Araújo entre 1878 e 1888), ou na fachada principal e interior da Livraria Lello (projeto do Engenheiro Civil Xavier Esteves em estilo neogótico).

Mas foram os modelos franceses, especialmente de gosto *Beaux-Arts*, que melhor caracterizam esta época<sup>16</sup>. Para isto terá também contribuído o facto de muitos arquitetos e projetistas nacionais emigrarem para França, e principalmente para a École des Beaux-Arts, como forma de completarem a sua formação, tendo trazido estes modelos mas reinterpretando-os na arquitetura portuguesa<sup>17</sup>. O arquiteto José Marques da Silva foi quem mais contribuiu para a difusão deste gosto pela cidade, não só através da sua obra, mas também como pedagogo. Com a construção da Estação Central de S. Bento este arquiteto marca o apogeu da influência francesa na cidade e aplica as ideias mais inovadoras da arquitetura do ferro e do vidro, ditando o fim do neopaladianismo de influência inglesa que tanto inspirava a arquitetura do Porto<sup>18</sup>. O sinal mais evidente de corte com a arquitetura vigente foi a «eliminação de quaisquer vestígios de frontões e a emergência de hesitações ‘estilísticas’ como reflexo da profunda e aturada investigação teórica que caracterizou a Escola de Paris durante o século XIX». A utilização dos novos materiais — ferro fundido, aço e vidro — na gare representa também um testemunho da mudança no paradigma da arquitetura portuense<sup>19</sup>.

---

<sup>14</sup> FERNANDES, 1994: 177.

<sup>15</sup> PEREIRA, 1995: 508.

<sup>16</sup> FERREIRA, 2010: 29-30.

<sup>17</sup> ALMEIDA & FERNANDES, 1986: 91; FERNANDES, 2010: 39.

<sup>18</sup> CANNATÀ & FERNANDES, 2002: 14.

<sup>19</sup> SOUSA, 2001.



Figs. 1 e 2. Estação de São Bento e sua gare como exemplo de arquitetura do ferro

Após esta obra, Marques da Silva e os seus discípulos foram responsáveis pela irradiação pela cidade do gosto afrancesado. Alguns dos edifícios mais emblemáticos da cidade da autoria de Marques da Silva e que expressam este gosto são o Teatro S. João (1909), o Liceu Alexandre Herculano (1914), o Liceu Rodrigues de Freitas (1918), e o Edifício «A Nacional» (1919). Os Armazéns Nascimento (1914) são a obra mais decisiva desta transição para o modernismo<sup>20</sup>.

Estas primeiras obras de carácter modernista surgiram numa altura em que a arquitetura era entendida como «uma questão de estilo e gosto»<sup>21</sup> e em que os arquitetos eram vistos como artisticamente ecléticos. Numa primeira fase a inovação centrou-se nos progressos tecnológicos, e posteriormente na adesão às formas de correntes internacionais como a Arte Nova. Apesar da sua curta duração, a Arte Nova pretendia ser o primeiro estilo a renovar as artes decorativas e a arquitetura, rejeitando os historicismos da sua época. No entanto, na cidade do Porto não se pode falar numa verdadeira arquitetura Arte Nova, mas sim de elementos artenovizantes aplicados às fachadas dos edifícios comerciais e habitacionais. Esta surge com maior frequência nas fachadas tradicionais, através da aplicação de serralharia Arte Nova articulada com azulejos de temática naturalista. Os edifícios que melhor caracterizam esta fusão são os prédios situados na Rua Galeria de Paris n.º 22 e na Rua Cândido dos Reis n.º 79, duas casas na Rua da Alegria n.ºs 653 e 660, a já desaparecida oficina de Agostinho Ricon Peres (Rua Cândido dos Reis n.º 6), o café Majestic (do arquiteto João Queirós), e a «Casa Vicent» e a «Ourivesaria Cunha», ambas na rua 31 de Janeiro. Nestas obras destaca-se a aplicação dos trabalhos em serralharia, cantaria, ou o revestimento em azulejo das fachadas, associado à «marcada li-

<sup>20</sup> CARDOSO, 1997.

<sup>21</sup> ALMEIDA & FERNANDES, 1986: 91.

nearidade, o movimento ondulante, a profusão decorativa e a conjugação de vários materiais e técnicas»<sup>22</sup>.



Fig. 3. Edifício da Rua Cândido dos Reis n.ºs 75-79, em estilo Arte Nova

Ao mesmo tempo que se introduziam os modelos internacionais, alguns autores apelavam à valorização da identidade nacional, através de uma arquitetura de cariz nacional centrada na ruralidade. É desta necessidade que surge o conceito de «casa portuguesa»<sup>23</sup>. Uma das figuras que mais defendeu esse tipo de arquitetura e combateu o cosmopolitismo dos outros arquitetos foi Raul Lino, através da sua produção arquitetónica e teórica<sup>24</sup>. Na cidade do Porto a «Casa Ricardo Severo» (1904) é considerada uma das primeiras tentativas de produção desta nova arquitetura: nela é possível verificar a união entre elementos populares e elementos das casas solarengas setecentistas<sup>25</sup>. Estes mesmos elementos podem ser encontrados nalgumas casas de veraneio, localizadas por exemplo na Foz do Douro. Apesar de desde o seu aparecimento ter gerado grande controvérsia, o conceito de «casa portuguesa» prolongou-se pelo século XX, chegando até a ser defendido por alguns arquitetos modernistas e do Estado Novo.

## 2. ARQUITETURA MODERNA NA CIDADE DO PORTO: DO PRENÚNCIO À AFIRMAÇÃO

Após uma ténue incursão pela Arte Nova na transição dos séculos, desde a década de 20 o Porto assistiu à «contaminação da máscara eclética»<sup>26</sup>

<sup>22</sup> PACHECO, 1996: 21.

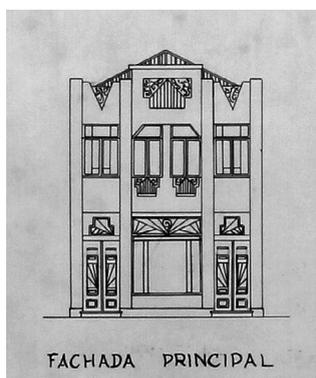
<sup>23</sup> FERNANDES, 2003: 40.

<sup>24</sup> FERREIRA, 2010: 32.

<sup>25</sup> RODOLFO, 2002: 30.

<sup>26</sup> MENDES, 2002: 15.

com elementos da moderna arquitetura. Abandonaram-se, paulatinamente, os esquemas oitocentistas e começaram a ser utilizadas formas mais geometrizarantes, onde se combinavam o ferro e o novíssimo material betão armado<sup>27</sup>, criando uma nova expressão e um novo gosto Arte Déco que rompeu definitivamente com os sistemas vigentes. As Artes Déco surgiram timidamente na arquitetura do Porto quando em 1926 José Coelho de Freitas apresentou à Câmara Municipal um pedido de licenciamento de obra para o «arranjo de uma loja» situada na Rua 5 de Outubro, cujo projeto incluía elementos desta corrente. Nesse mesmo ano, Rogério Lopes Rodrigues adaptou o rés do chão de um prédio localizado na Rua da Conceição para uma oficina de automóveis, onde inseriu elementos decorativos típicos das Artes Déco. O construtor José Coelho de Freitas era então um dos mais solicitados da sua época, estando envolvido na realização de um grande número de obras com influências deste estilo<sup>28</sup>. O gosto pelas Artes Déco deu primazia ao uso do cimento armado e ao trabalho em cantaria. O uso de cimento permitiu «construções com a modulação do cimento a reproduzir o desenho próprio da cantaria, num pastiche que se deve, exclusivamente, a motivos de economia no custo da construção»<sup>29</sup>. Também frequente nesta corrente é o uso do azulejo com uma iconografia muito própria: destaca-se a fonte «com os fios de água formando uma parábola» e a «*corbeille*», esta última particularmente frequente na cidade do Porto<sup>30</sup>. A composição ornamental dos elementos típicos da Arte Déco (o trabalho de azulejo, ferro, cantaria...) destaca-se pela elevada geometrização e estilização da natureza<sup>31</sup>.



**Fig. 4. Projeto de um edifício para a Avenida Fernão de Magalhães, do arquiteto Mario Abreu, onde se observam motivos Arte Déco**

Fonte: Arquivo Histórico da Câmara Municipal do Porto, LO 576/1932

<sup>27</sup> FERREIRA, 2010: 33; FERNANDES, 2005: 24-25.

<sup>28</sup> PACHECO, 1996: 28-32.

<sup>29</sup> CAMPELLO, 2012: 210.

<sup>30</sup> MARTINS, 2001: 167.

<sup>31</sup> CAMPELLO, 2012: 209.

Ao mesmo tempo, começam a aparecer em maior número as fachadas rebocadas (a «arquitetura do reboco»), o que acabou por contribuir também para uma imagem de «modernidade». Por outro lado, o reboco proporciona «imagens luminosas, em alternância à densidade do ‘soturno’ granito aparente, associado às arquiteturas ecléticas e opulentas do início do século». Esta luminosidade era também adquirida através da aplicação da cor (geralmente de tons claros) no reboco<sup>32</sup>. Este material não representou um meio exclusivo da Arte Déco, mas sim um elemento de continuidade entre diversas correntes<sup>33</sup>. O mármore foi outro material que também contribuiu para as imagens luminosas e para uma arquitetura moderna. No entanto, o seu uso limitava-se a determinadas zonas, normalmente os envasamentos e demarcando as entradas dos edifícios, funcionando como elemento de aparato, possivelmente pelo elevado custo desta pedra<sup>34</sup>.

No início dos anos 30 a cidade do Porto conheceu novos impulsos. A nível do urbanismo, a expansão e intervenção na cidade deixa de ser pensada de forma pontual e passa a ser um processo a longo prazo e estruturado. O *Prólogo à Cidade do Porto*, de Ezequiel Campos (1932), representou o ponto de viragem na forma de planear e reorganizar a cidade. A elaboração deste prólogo representou também a tentativa de por fim à expansão «caótica e sem metro de conjunto» e estabeleceu pela primeira vez uma metodologia para a elaboração de um plano global para a cidade<sup>35</sup>. Ao mesmo tempo acentuava-se a coexistência de expressões artísticas, oscilando entre a vontade de projetar sobre o espírito «moderno» e a de um conservadorismo tradicional imposto e influenciado pela cultura arquitetónica da época, da qual se destaca a influência dos ideais do Estado Novo<sup>36</sup>. Para esta combinação contribuiu também a realização, em 1934, da 1.ª Exposição Colonial do Porto. No entanto, o afastamento do Porto em relação à capital permitiu aos arquitetos portuenses não sofrerem tanto a influência das iniciativas oficiais: «alguns profissionais produzem obras assinaláveis quer pela sua qualidade, quer pelo teor dos modelos que as informam. Nelas se observa uma total dissonância com o receituário estabelecido [...]»<sup>37</sup>.

Os arquitetos e os engenheiros foram os principais responsáveis pela renovação e inovações da arquitetura portuense quando, nos inícios dos anos 30, foram substituindo os telhados de duas águas pelas coberturas planas, usando com maior frequência os *bow-windows*, prolongaram os espaços interiores e enriqueceram os jogos volumétricos das fachadas, e passam a adotar mais os ângulos redondos nas

<sup>32</sup> CAMPELLO, 2012: 217

<sup>33</sup> CAMPELLO, 2012: 217-227.

<sup>34</sup> CAMPELLO, 2012: 217-227.

<sup>35</sup> FERREIRA & ROCHA, 2013: 210-215; CAMPOS, 1932.

<sup>36</sup> A década de 30 ficou conhecida como a «Década de Ouro das Obras Públicas» (FERREIRA, 2010: 37).

<sup>37</sup> FERNANDEZ, 1988: 39.

construções, mas também as pérgolas (normalmente no piso superior), tudo isto associado ao uso de uma decoração Artes Déco em baixos-relevos conjugada com serralharia artística do mesmo gosto<sup>38</sup>. A transição de uma «tendência decorativista» para uma «tendência radical» foi-se fazendo «sem cortes abruptos, dando lugar, por vezes, a algumas ‘recaídas’ decorativas, passando-se da arquitetura *art déco*, na qual a simplificação das formas e dos volumes era já uma realidade, para uma arquitetura despojada de decoração»<sup>39</sup>. A Garagem do Jornal «O Comércio do Porto» (1928-1932, de Rogério de Azevedo) é um bom exemplo de como os arquitetos oscilavam entre o moderno de tendência decorativista (na fachada voltada para a Avenida dos Aliados, segundo as regras do Prémio de Arquitectura Municipal «Cidade do Porto») e a tendência radical (no gaveto voltado para as ruas Elísio de Melo e do Almada). Esta obra combinou «um programa inédito de garagem e escritórios» e «revela uma experimentação inusitada entre nós das possibilidades espaciais decorrentes da utilização de uma estrutura de betão armado»<sup>40</sup>.



**Figs. 5 e 6. Vista geral do edifício Garagem d'«O Comércio do Porto»: fachada voltada para a Avenida dos Aliados, de tendência decorativista (à esquerda) e fachada voltada para a Praça Filipa de Lencastre, de tendência radical (à direita)**

Os exemplos de arquitetura Arte Déco no Porto prolongaram-se até pelo menos ao ano de 1935. A partir desse ano começam a escassear, surgindo pontualmente em alguns elementos decorativos, como na serralharia<sup>41</sup>. Gradualmente, começava a surgir um modernismo mais despojado de ornamentação, racional e purista, que

<sup>38</sup> PACHECO, 1996: 59-61; PACHECO, 1997: 60-61.

<sup>39</sup> PACHECO, 2013: 44.

<sup>40</sup> TOSTÕES, [s/d]: 13-14.

<sup>41</sup> PACHECO, 1996: 59-60.

viria a triunfar ainda nessa década<sup>42</sup>. Esta arquitetura aproximava-se mais dos fundamentos do Movimento Moderno Internacional e refletia o ensino da «Escola do Porto», sendo fortemente influenciada pela tecnologia e pelo racionalismo da arquitetura francesa. Inspirava-se principalmente nos arquitetos Robert Mallet-Stevens, Tony Garnier e Michel Roux-Spitz, e em menor escala nos pressupostos teóricos dos Congressos Internacionais de Arquitectura Moderna (CIAM) e de Le Corbusier (1887-1965). A influência dos CIAM e de Le Corbusier na arquitetura portuense será mais notória a partir dos anos 40<sup>43</sup>. São exemplos deste período uma série de edifícios marcantes da cidade: a «Casa Domingos Fernandes» (1927, de Manuel Marques), o «Teatro Municipal Rivoli» (1929-1932, de Júlio Brito), as garagens «Comércio do Porto» (1928-1932, de Rogério de Azevedo), «Passos Manuel» (1930-1938, de Mário Abreu), a «Farmácia Vitália» (1932) e os «Armazéns Cunha» (1933-1936, ambos dos arquitetos Manuel Marques, Coelho Freitas e Amoroso Lopes), a «Casa de Serralves» (1925-1944, do arquiteto Marques da Silva), o «Laboratório Pasteur do Porto» (1934, de Keil Amaral) e a «Bolsa do Pescado» (1935, de Januário Godinho).

Os programas de habitação ganham nesta altura algum destaque, tanto pela quantidade como pela qualidade, e uma vez que a burguesia portuense foi produzindo um novo modelo de habitação. Apesar de insistir na tipologia unifamiliar, conseguiu juntar aos modelos tradicionais o unifamiliar moderno. Por exemplo, na casa projetada em 1932 pelo engenheiro Antão de Garrett para a Rua da Igreja de Cedofeita foram ensaiados «alguns tópicos do moderno, mais de sinal que de sintaxe, num racionalismo pragmático de engenho mais técnico-constructivo que formal-poético»<sup>44</sup>. Destaca-se nesta obra o aparecimento do telhado plano em laje de betão armado e do novo tipo de janelas redondas (óculo, com barras de ferro na horizontal)<sup>45</sup>, e a sua fisionomia remete para a estética do constructivismo racional internacional, sobretudo pelo uso de linhas horizontais, transmitindo sobriedade e racionalidade.

---

<sup>42</sup> PACHECO, 1996: 23.

<sup>43</sup> ALMEIDA & FERNANDES, 1986: 144; PACHECO, 2013: 219-248.

<sup>44</sup> MENDES, 2001.

<sup>45</sup> Clara referência à obra de Mallet-Stevens. Este tipo de janela impôs-se na arquitectura portuense nesta década (PACHECO, 2013: 68).

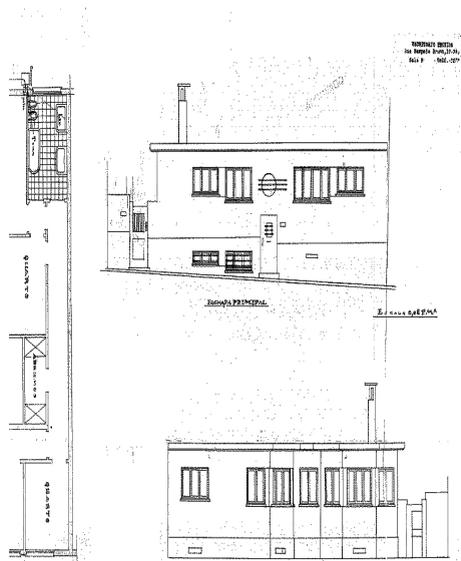
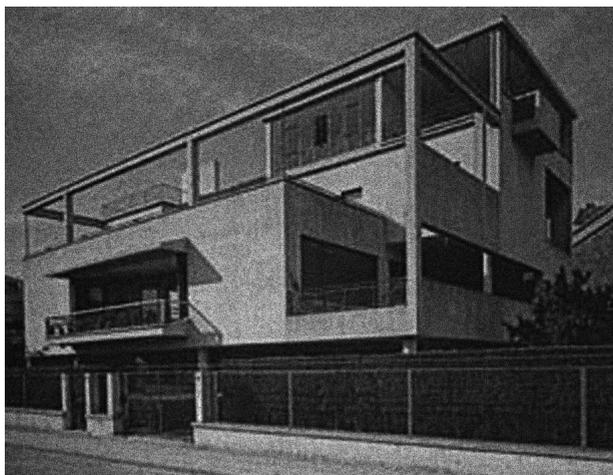


Fig. 7. Projeto relativo à casa do Coronel Raul de Andrade na Rua da Igreja de Cedofeita

Fonte: Arquivo Histórico da Câmara Municipal do Porto, LO 2/1932

Havia neste projeto, como em outras obras que vão surgindo nesta altura, preocupação em acompanhar as tendências da arquitetura internacional. Esta preocupação foi atingida quando o arquiteto Viana de Lima transpôs de forma clara para a «Casa Honório Lima» (1939-1942; habitação já não existente) as propostas corbusianas, afastando-se definitivamente de qualquer estética decorativa. Viana de Lima desenvolveu, pioneiramente, a aplicação dos «5 pontos» para uma nova arquitetura, defendida por Le Corbusier: eleva a casa sobre *pilotis*, desenvolve plantas livres (através da eliminação das paredes autoportantes, permitindo uma separação estrutural entre laje e suporte, e originando uma maior permeabilidade entre os espaços interiores, mas, também, a circulação dos ventos e da luz natural, criando maiores condições de conforto térmico e de luminosidade), o que consequentemente leva à criação de fachadas livres (ou seja, autónomas em relação ao projeto das plantas, o que permite que tenham menor espessura e maior número de aberturas), insinua a aplicação de janelas em comprimento e transforma a cobertura num terraço habitável<sup>46</sup>. A influência de Le Corbusier percorre toda a obra subsequente deste arquiteto, sendo evidente em quase todos os seus projetos.

<sup>46</sup> TOSTÕES, 1997: 134-138; GONÇALVES, 2007: 74-75.



**Fig. 8. Casa Honório Lima, Porto**

Fonte: GONÇALVES, 2007: 75

Em paralelo, outros projetistas oscilam entre projetos centrados no conceito de «casa portuguesa» e modernos. Um dos arquitetos que melhor representa esta situação é João Marcelino Queiroz, que nas décadas de 20 e 30 realiza diversas obras em que são evidentes as influências do modernismo mas também onde há referência explícita à «casa portuguesa». Em 1926 num projeto relativo à construção de uma habitação pode ler-se «o conjunto de fachadas é baseado no estilo tradicionalista português, dando ao conjunto um adorável efeito de conjunto»<sup>47</sup>. A partir dos finais dos anos 20, expressões como «estilo tradicionalista» começam a ser substituídas por «estilo nacional moderno», ou apenas «nacional» ou «moderno», ou ainda «regional». O uso do termo «moderno» é mais usado em projetos de estabelecimentos comerciais ou de modificações de *deventures*, e encontra-se associado aos novos materiais e às novas estéticas, como as Artes Déco, enquanto os outros termos remetem sobretudo para o uso de determinados elementos, como os beirais, os arcos de volta perfeita, ou os nichos para colocar imagens religiosas. O uso de expressões como «português modificado» revela uma reinterpretação do conceito de «casa portuguesa», vindo a ser adotado por alguns arquitetos modernistas sob a forma da «casa à antiga portuguesa»<sup>48</sup>.

<sup>47</sup> AHCMP — Licença de Obras n.º 1847/1926, Livro de Licenças de Obras n.º 463, fls. 149 a 161.

<sup>48</sup> PACHECO, 2013: 75-77.

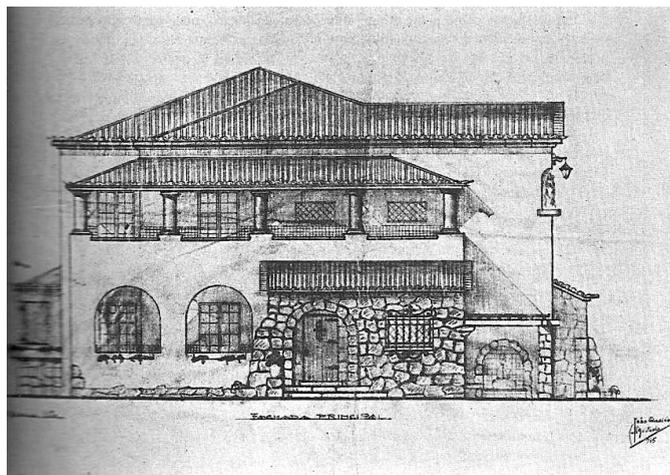


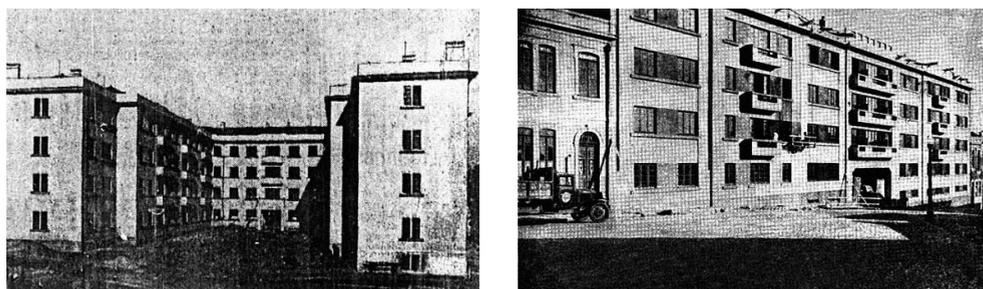
Fig. 9. Projeto do arquiteto João Queiroz para uma moradia influenciada pelo conceito da «casa portuguesa»

Fonte: AA.VV., 1987: 49

A transição para o moderno foi feita pelo aparecimento de um novo vocabulário e de novas técnicas construtivas, mas também pela tentativa de responder à crise habitacional que ocorria na cidade e à consequente imperatividade de elaboração de um plano de urbanização<sup>49</sup>. Foi precisamente entre as décadas de 30 e 50 que se verificou um acelerado crescimento da habitação económica, verificando-se posteriormente o seu abrandamento. Na tentativa de resolução do problema habitacional e de salubridade, o Estado publica o Decreto n.º 23052, de 23 de Setembro de 1933, que cria o «programa de casas económicas», de investimento estatal. Ao abrigo deste decreto foram construídos nesta cidade mais de 2000 fogos e foi incentivado o desenvolvimento das áreas periféricas, onde se implementavam estes conjuntos. O modelo adotado para estes conjuntos era o da «casa com jardim» unifamiliar, de traça «semirural» e nacionalista, remetendo para o conceito da «casa portuguesa», tão do agrado do Estado Novo. Estes conjuntos de casas eram pensados segundo o conceito de cidade-jardim e eram executados a partir de planos-tipo. A utilização de planos-tipo deixava «pouco espaço para intervenção consequente do arquitecto» e estávamos perante a prefiguração de esquemas de modelação e compartimentação de casas mínimas. Por exemplo, nos bairros das Antas, Ameal, ou Marechal Gomes da Costa (especialmente neste último) é claríssimo o uso do modelo da «casa portuguesa». Independentemente da dimensão que cada um destes conjuntos ocupa no tecido urbano, todos eles se revelam verdadeiros modelos de «aldeia na cidade»<sup>50</sup>.

<sup>49</sup> PACHECO, 2013: 48-71.

<sup>50</sup> COSTA, 2001.



**Figs. 10 e 11. Bloco de habitação Duque de Saldanha: solução inicial (com pátio aberto para a rua; à esquerda) e solução final (encerramento do pátio com fachada; à direita)**

Fonte: Arquivo Histórico da Câmara Municipal do Porto

Simultaneamente, iam surgindo por iniciativa de grupos privados outros estudos e propostas para fazer frente à crise habitacional operária. Estas soluções eram diferentes do modelo defendido pelo estado, assentando nos modelos da habitação coletiva. É neste contexto que surge o Bloco de Moradias Económicas da Rua Duque de Saldanha, primeiro grande imóvel de habitação social coletiva da cidade. Este conjunto representou uma das primeiras repercussões do Inquérito Geral às Ilhas (1936). O projeto, da autoria de Alfredo Magalhães, apresentou duas fases, ambas concretizadas pela Câmara Municipal. O primeiro projeto, para 115 famílias, data de 1937, e o segundo data de 1943 e destinava-se a 43 famílias, na sequência do programa de «erradicação das ilhas» da zona de São Vítor<sup>51</sup>. A construção deste bloco causou forte polémica por entrar em conflito com a ideologia que começava a ser defendida pelo Estado Novo, que visava a separação entre as habitações sociais e o centro da cidade. Trata-se de um projeto modernista e singular em termos tipo-morfológicos, próximo de outros exemplares europeus, como o «Karl-Marx-Hof», em Viena<sup>52</sup>. No conjunto da Rua Duque de Saldanha «aplicou-se uma tipologia urbana e residencial marcada por um grande pátio central semipúblico e por circulações através de galerias exteriores comuns, atingindo-se, assim, um afirmado sentido comum ou convivial, mas em direta e positiva aliança com uma continuidade urbana agradavelmente marginal»<sup>53</sup>.

No ano seguinte à criação do «programa de casas económicas» foi publicado o Decreto-Lei n.º 24802, de 21 de dezembro de 1934, que obriga as câmaras municipais a elaborarem um plano geral de urbanização até 1939, tendo como principal objetivo moldar o crescimento das cidades à imagem do Estado. Com o objetivo de acionar este plano, a Câmara Municipal do Porto criou o «Gabinete de Estudo do Plano Geral de

<sup>51</sup> PORTO, 1966: 8; FERREIRA, 2012.

<sup>52</sup> CANNATÁ & FERNANDES, 2002: 70.

<sup>53</sup> COELHO, 2009: 63-64.

Urbanização», que contou com a presença dos arquitetos e urbanistas italianos Marcello Piacentini (1938-1939) e Giovanni Muzio (1940 e 1943). Nesta altura, para além da criação dos bairros de casas económicas, urgiam a criação de uma avenida (Avenida Ponte), que ligasse a ponte Luiz I à área central da cidade, o arranjo da envolvente da Catedral, a necessidade de definição da Praça do Município, numa altura em que ainda decorria a edificação da Avenida dos Aliados (com o objetivo de se construir o Palácio dos Correios) e em que se mantinha a necessidade de planejar os acessos e os arranjos envolventes do Hospital Escolar de S. João (na Asprela) e do Liceu Feminino Carolina Michaëlis (na Ramada Alta), ambos em construção. Este panorama caracteriza bem a vontade de criar uma nova imagem para a cidade, de cariz monumental e clássica. Anos mais tarde, a 12 de maio de 1938, em reunião camarária, é apresentada uma série de estudos para intervenções na cidade a propósito do programa oficial da *Exposição do Mundo Português* (1940)<sup>54</sup>. Algumas das construções propostas (entre outros: o Liceu Feminino, o Hospital Escolar e o Museu Municipal, atual Museu Nacional de Soares dos Reis) encontravam-se já estudadas ou mesmo em construção anteriormente a este programa oficial<sup>55</sup>.

A conceção da monumentalidade, que tanto caracterizou a arquitetura da cidade de Lisboa e que viria a culminar na *Exposição do Mundo Português*, surgiu também nesta cidade por iniciativa de privados. São disto exemplos o Hotel do Infante Sagres, na Praça D. Filipa de Lencastre, o Edifício da Companhia de Fiação e Tecidos de Fafe (1948), no gaveto da Avenida dos Aliados com Rua Rodrigues Sampaio, o edifício «António Soares Marinho» (1942), dos arquitetos Jofre António Justino e Rogério de Azevedo e situado no gaveto da Rua Ramalho Ortigão e Rua do Almada, e o Edifício Garantia (1955), no gaveto da Avenida dos Aliados com a Rua Ramalho Ortigão, ambos do engenheiro e arquiteto Júlio José de Brito. A nível religioso destaca-se a Igreja de Santo António das Antas, pela sua arquitetura de continuidade tradicional e monumental que se mistura com o reconhecimento do moderno e uma forte influência da arquitetura italiana. O primeiro projeto desta igreja (1936) é do arquiteto José Ferreira Peneda, mas o projeto efetivamente executado data de 1944, sendo da autoria dos arquitetos Fernando Tudela e Fernando Barbosa. Este projeto vinha dar continuidade aos edifícios religiosos modernos, como a Igreja Nossa Senhora de Fátima (1934-1938, ARS-arquitectos) ou a Igreja Nossa Senhora da Conceição do Porto (1938-1947, arquiteto Paul Bellot). O Palácio da Justiça, cujo anteprojecto foi aprovado já em 1950, é também um exemplo de arquitetura monumental na cidade.

<sup>54</sup> PACHECO, 2013: 111.

<sup>55</sup> ACCIAIOULI, 1998: 175; PACHECO, 2013: 107-113.

### 3. O MODERNO COMO REALIDADE DA ARQUITETURA CIVIL NA CIDADE DO PORTO

A partir dos anos 40 a arquitetura portuense afirma-se cada vez mais dentro dos parâmetros internacionais, erguendo-se um grande número de obras com forte influência destes. A própria forma de pensar e planear a cidade passou a ser feita, e na continuidade do plano referido anteriormente e com a ação de Antão de Almeida Garrett, segundo uma visão global da cidade, sob uma ótica de planeamento do território baseada nos princípios da Cidade Moderna<sup>56</sup>. A menor influência do Estado sobre os arquitetos deu-lhes margem para aplicarem de forma radical e qualificada os fundamentos do «Moderno». Estes fatores permitiram, nestes anos, uma atualização de linguagens, mais depressa do que o verificado na capital, especialmente no campo da habitação, «integrando novos materiais, sistemas construtivos e mesmo tipos de associação dos fogos de raiz moderna»<sup>57</sup>.

Na cidade existia uma forte tradição de «habitação unifamiliar», que se prolongou até aos anos 40. A encomenda do Porto era essencialmente privada, fazendo com que houvesse menor capacidade económica dos encomendantes e levando ao uso de materiais mais baratos. Por outro lado, a mão de obra era mais barata, o que facilitou a continuação das construções tradicionais, mais assentes nesta do que nas potencialidades dos materiais utilizados<sup>58</sup>. Verifica-se que a menor força inicial do modernismo portuense, quando comparado por exemplo com a capital, fez com que o investimento nos prédios coletivos de habitação fosse escasso. Apesar de na década anterior terem surgido obras como o «Edifício Pinheiro Manso» (1936, de Arménio Losa), o Bloco da Rua Duque de Saldanha ou o «Edifício Rialto» (1943, do arquiteto Artur Vieira de Andrade), e de haver uma clara opção pelas «casas-andares» (ou «casas sobrepostas») em detrimento dos «grandes prédios de rendimento», foi com a necessidade de se criarem melhores condições de habitação no pós-guerra, especialmente com os «prédios de rendimento», que levou à generalização das propostas mais modernas na cidade do Porto<sup>59</sup>. Esta inovação, e o ciclo do que viria a ser a nova arquitetura, deu-se sobretudo pelas mãos de Arménio Losa e Cassiano Barbosa, ao projetarem o «Edifício da Carvalhosa» (1945), o edifício «DKW» (1946) e o «Edifício Soares & Irmãos» (1949).

Em 1941 concluía-se o «Coliseu», de Cassiano Branco, Júlio de Brito e Mário Abreu, e em 1946 Artur Andrade dava à cidade o «Cinema Batalha». Estas duas obras representavam a afirmação do moderno na cidade, sendo até algo provocantes face às formas de representação do poder vigentes na época. Ainda nessa década formava-se no Porto o grupo ARS-arquitectos<sup>60</sup>. Sem o purismo das linhas do arquiteto

---

<sup>56</sup> FERREIRA & ROCHA, 2013: 216-228.

<sup>57</sup> GONÇALVES, 2007: 342-343; GONÇALVES, 2001.

<sup>58</sup> FERNANDEZ, 1988: 37-39.

<sup>59</sup> GONÇALVES, 2007: 251-252; GONÇALVES, 2001.

<sup>60</sup> Formado pelos arquitetos António Fortunato Cabral, Mário de Moraes Soares e Fernando da Cunha Leão.

Viana de Lima, este grupo foi responsável por uma série de edifícios de grande envergadura, como o «Palácio Atlântico» (1944-1950) e o «Mercado do Bom Sucesso» (1949-1952). Na transição das décadas de 40 para 50, os recém-licenciados Viana de Lima e Celestino de Castro projetaram as casas «Aristides Ribeiro» (1949-1951), «Maria Borges» (1950-1952, ambas de Viana de Lima), «José Braga» (1949-1951) e «do Amial» (1950-1951, ambas de Celestino de Castro), fortemente influenciadas pelos «5 pontos» da nova arquitetura de Le Corbusier e Pierre Jeanneret.



Fig. 12. Bloco da Carvalhosa na Rua da Boavista: fotografia dos anos 50

Fonte: BARBOSA, 1972

A renovação da arquitetura na cidade do Porto, para além de aos encomendantes e profissionais (arquitetos e/ou engenheiros), deveu-se, sobretudo a partir dos anos 40, à ação pedagógica da Escola de Belas-Artes do Porto e seus professores, em particular Carlos Ramos, e à formação da Organização dos Arquitectos Modernos (ODAM). A O DAM defendia posições teóricas semelhantes às do grupo lisboeta ICAT (Iniciativas Culturais Arte Técnica), promovendo «animados debates de «atelier» [...] com incidência política imediata»<sup>61</sup> e sendo fortemente influenciada pelas doutrinas racionalistas europeias e brasileiras<sup>62</sup>. Comparativamente ao ICAT, a O DAM privilegiou mais as questões ligadas à estética e à forma arquitetónica. Este grupo apostou na ideologia moderna, tendo um papel importante na sua prática e divulgação<sup>63</sup>. Ao mesmo tempo, através da publicação de uma série de textos e livros,

<sup>61</sup> FRANÇA, 1991: 438.

<sup>62</sup> RODRIGUES, 2009: 1; FERREIRA, 2010: 44.

<sup>63</sup> TOSTÕES, 1997: 30; FERREIRA, 2010: 45.

estes grupos mostraram obras e projetos modernos de autores nacionais e internacionais e foram importantes para a renovação da produção teórica. A revista «Arquitetura», entre fevereiro de 1948 e agosto de 1949, publica a tradução para português da «Carta de Atenas». Destacam-se também os livros *A Architectura e a Vida* (1942), *A Moderna Architectura Holandesa* (1943) e *O Problema da Habitação* (1945). Fernando Távora, na cidade do Porto, redige o ensaio *O Problema da Casa Portuguesa* (1947) onde, tal com Keil do Amaral, em Lisboa, com o artigo *Uma iniciativa necessária*, alertava para a necessidade de realização de um estudo sobre a arquitetura popular portuguesa.

Todas estas iniciativas viriam a culminar com um ponto de viragem no panorama da arquitetura que foi o I Congresso Nacional de Architectura realizado em maio e junho de 1948<sup>64</sup>. Os dirigentes do Sindicato Nacional de Architectura pretendiam «um congresso bem comportado, de apologia e agradecimento ao mecenato estatal e de discussão de temas de carácter disciplinar e técnico, numa perspectiva conjuntural»<sup>65</sup>, mas o congresso tomou outro rumo, transformando-se num local de debate para as novas gerações de arquitetos<sup>66</sup>. A forte e massiva participação dos jovens arquitetos portuenses, especialmente os que formavam a ODAM, e a sua forma de pensar a nova arquitetura, contribuiu para que este congresso marcasse definitivamente o início de um novo período na arquitetura moderna portuguesa, e tivesse imediatas consequências no desenvolvimento da produção arquitetónica e urbanística das décadas seguintes<sup>67</sup>.

## FONTES

### Arquivo Histórico da Câmara Municipal do Porto

AHCMP – *Licença de obras n.º 1847/1926*, Livro de Licenças de obras n.º 463, fls.149 a 161.

## BIBLIOGRAFIA

AA.VV. (1987) – *Arquitetura, Pintura, Escultura, Desenho: Património da Escola Superior de Belas Artes do Porto e da Faculdade de Architectura da Universidade do Porto. Catálogo da exposição integrada nas comemorações do 75.º aniversário da Universidade do Porto*. Porto: Universidade do Porto.

ACCIAIOULI, Margarida (1998) – *Exposições do Estado Novo, 1934-1940*. Lisboa: Livros Horizonte.

<sup>64</sup> FERREIRA, 2010: 45-46.

<sup>65</sup> RODOLFO, 2002: 152.

<sup>66</sup> FRANÇA, 1991: 439; FERREIRA, 2010: 47.

<sup>67</sup> PORTAS, 2008: 198-201; FERREIRA, 2010: 48-49.

- ALFREDO, Julieta Cristina Cruz (1997) – *Planeamento e gestão em zonas históricas: estratégias, políticas e critérios de intervenção: a Ribeira-Barredo*. Porto: [s. n.]. Faculdade de Engenharia e Faculdade de Arquitectura da Universidade do Porto. Dissertação de mestrado.
- ALMEIDA, Pedro Vieira de; FERNANDES, José Manuel (1986) – *A Arquitectura Moderna*. Lisboa: Publicações Alfa, vol. 14. ( História da Arte em Portugal).
- AMORIM, Maria Alexandra Martins Soares de (1998) – *Porto, a cidade planeada – 1930/1980: permanência/inação no processo e forma urbana*. Porto: Faculdade de Arquitectura da Universidade do Porto. Dissertação de mestrado.
- BARBOSA, Cassiano, coord. (1972) – *ODAM, Organização dos Arquitectos Modernos do Porto 1947-1952*. Porto: Edições Asa.
- CAMPELLO, António Ferreira de Lima Cabral (2012) – *Um olhar sobre a arquitectura do Prédio de Rendimento no Porto e a rua de Sá da Bandeira como uma metonímia*. Barcelona: Universitat Politècnica de Catalunya. Tese de doutoramento.
- CAMPOS, Ezequiel (1932) – *Prólogo ao Plano da Cidade do Porto*. Porto: Empresa Industrial Gráfica do Porto, Lda.
- CANNATÀ, Michele; FERNANDES, Fátima (2002) – *Guia de Arquitectura Moderna, 1925-2002*. Porto: Edições Asa.
- CARDOSO, António (1997) – *O Arquitecto Marques da Silva e a arquitectura no norte do país na primeira metade do séc. XX*. Porto: FAUP.
- COELHO, António Baptista (2009) – *Sobre a primeira fase da habitação de interesse social (HIS), entre 1919 e 1972*. «Risco: Revista de Pesquisa em arquitetura e urbanismo», nº 10, p. 57-79. Disponível em <[http://arquitetura.eesc.usp.br/revista\\_risco/Risco10-pdf/02\\_art06\\_risco10.pdf](http://arquitetura.eesc.usp.br/revista_risco/Risco10-pdf/02_art06_risco10.pdf)>.
- COSTA, Jorge da (2001) – *Os bairros do Estado Novo*, fasc. 14. In AA.VV. – *Guia da Arquitectura Moderna: Porto 1901-2001*. Porto: Ordem dos Arquitectos/Civilização, 30 fasc.
- FERNANDES, Eduardo Jorge Cabral dos Santos (2010) – *A Escolha do Porto: Contributos para a actualização de uma ideia de Escola*. Guimarães: Escola de Arquitectura da Universidade do Minho. Tese de doutoramento.
- FERNANDES, José Manuel (1994) – 1900/1914 – *O início do século e o desejo de inovação arquitectónica: os “Autores”, a “Arte Nova”, as “Vilas”*. In BERGER, Francisco Gentil; BISSAU, Luís; TOUSAIN, Michel, coord. – *Guia de Arquitectura Lisboa 94*. 1ª ed. Lisboa: Sociedade Lisboa 94 e Associação dos Arquitectos Portugueses.
- \_\_\_\_ (2003) – *Português Suave. Arquitecturas do Estado Novo*. Lisboa: Instituto Português do Património Arquitectónico.
- \_\_\_\_ (2005) – *Arquitectura Modernista em Portugal [1890-1940]*. 2ª ed. Lisboa: Gradiva.
- FERNANDES, Paula Guilhermina de Carvalho (1995) – *Trabalho e habitação no Porto Oitocentista (1832-1833). O bairro de Santa Catarina durante o Cerco do Porto*. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto. Dissertação de mestrado.

- FERNANDEZ, Sergio (1988) – *Percurso. Arquitectura Portuguesa 1930/1974*. Porto: Publicações FAUP.
- FERREIRA, Nuno Paulo Soares (2010) – *Entrepasto Frigorífico do Peixe de Massarelos. Um dos ícones da arquitectura modernista portuense*. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto. Relatório de estágio para obtenção do grau de Mestre.
- \_\_\_\_ (2012) – *A rua do Duque de Saldanha (Porto). Morfologia urbana e arquitectura doméstica privada e estatal*. Disponível em <<http://eurau12.arq.up.pt/sites/default/files/566.pdf>>.
- FERREIRA, Nuno (2013) – *A arquitectura rural na cidade do Porto na primeira metade do século XX: Construção de quintas em contexto de expansão urbana*. Disponível em <<http://www.citcem.org/3encontro/>>.
- FERREIRA, Nuno; ROCHA, Manuel Joaquim Moreira da (2013) – *Etapas de consolidação da paisagem urbana do Porto contemporâneo. Da programação dos Almadas ao Plano de 1952*. «CEM – Cultura, Espaço & Memória», vol. 4. Disponível em <<http://ler.letras.up.pt/uploads/ficheiros/12834.pdf>>.
- FRANÇA, José-Augusto (1991) – *A Arte em Portugal no século XX (1911-1961)*. 3.<sup>a</sup> ed. Lisboa: Livraria Bertrand.
- GONÇALVES, José Fernando (2001) – *Prédios de rendimento*, fasc. 15. In AA.VV. – *Guia da Arquitectura Moderna: Porto 1901-2001*. Porto: Ordem dos Arquitectos/Civilização, 30 fasc.
- \_\_\_\_ (2007) – *Edifícios modernos de habitação colectiva – 1948/61. Desenho e standard na Arquitectura Portuguesa*. Barcelona: Universitat Politècnica de Catalunya. Tese de doutoramento.
- MARTINS, Fausto S. (2001) – *Azulejaria portuense: História e iconografia*. Lisboa: Edições Inapa.
- MATOS, Fátima Loureiro de (1994) – *Os bairros sociais no espaço urbano do Porto: 1901-1956*. «Análise Social», vol. XXIX, n.º127. Lisboa: Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa.
- \_\_\_\_ (2001) – *A Habitação no grande Porto. Uma perspectiva geográfica da evolução do mercado e da qualidade habitacional desde finais do séc. XIX até ao final do milénio*. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto. Tese de doutoramento.
- MENDES, Manuel (2001) – *Unifamiliar e Moderno*, fasc. 7. In AA.VV. – *Guia da Arquitectura Moderna: Porto 1901-2001*. Porto: Ordem dos Arquitectos/Civilização, 30 fasc.
- \_\_\_\_ coord. (2002) – *(In)formar a modernidade. Arquitecturas portuenses, 1923-43: morfologias, movimentos, metamorfoses*. Porto: Faculdade de Arquitectura da Universidade do Porto.
- OLIVEIRA, Vítor Manuel Araújo de (2013) – *A evolução das formas urbanas de Lisboa e do Porto nos séculos XIX e XX*. Porto: U. PORTO editorial.

- PACHECO, Alexandra Trevisan da Silveira (1996) – *A Arquitectura Artes Déco no Porto*. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto. Dissertação de mestrado.
- \_\_\_\_ (1997) – *A arquitectura do engenheiro Jorge Manuel Viana no Porto dos anos 30*. «Cadernos ESAP». Porto: Cooperativa de Ensino Superior Artístico do Porto.
- \_\_\_\_ (2013) – *Influências internacionais na Arquitectura Moderna no Porto (1926-1956)*. Valladolid: Universidad de Valladolid. Tese de doutoramento.
- PEREIRA, Paulo, org. (1995) – *História da Arte Portuguesa: Do Barroco à Contemporaneidade*. Lisboa: Círculo de Leitores, vol. 3.
- PORTAS, Nuno (2008) – *A Arquitectura para hoje seguido de Evolução da Arquitectura Moderna em Portugal*, 2.<sup>a</sup> ed. Lisboa: Livros Horizonte.
- PORTO. Câmara Municipal (1966) – *Planos de Melhoramento 1956-66*. Porto: Direcção dos Serviços do Plano de Melhoramento da Câmara Municipal do Porto.
- RAMOS, Luís A. de Oliveira, dir. (2000) – *História do Porto*. 3.<sup>a</sup> ed. Porto: Porto Editora.
- RODOLFO, João de Sousa (2002) – *Luís Cristino da Silva e a Arquitectura Moderna em Portugal*. Lisboa: Publicações Dom Quixote.
- RODRIGUES, Inês Lima (2009) – *Quando a habitação colectiva era Moderna. Desde Portugal a outros territórios de expressão portuguesa. 1940-1974*. [S.l.: s.n.]. Trabalho desenvolvido no âmbito da Tese de Doctorado apresentado ao Departamento de Projectos Arquitectónicos da ESTAB da UPC.
- SOUSA, Nuno Tasso de (2001) – *Estação de S. Bento*, fasc. 1. In AA.VV. – *Guia da Arquitectura Moderna: Porto 1901-2001*. Porto: Ordem dos Arquitectos/Civilização, 30 fasc.
- TEIXEIRA, Manuel C. (1992) – *As estratégias de habitação em Portugal, 1880-1940*. «Análise Social», vol. XXVII, n.º115. Lisboa: Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa.
- TOSTÕES, Ana (1997) – *Os Verdes Anos na Arquitectura Portuguesa dos anos 50*, 2.<sup>a</sup> ed. Porto: Faculdade de Arquitectura da Universidade do Porto.
- TOSTÕES, Ana ([s/d]) – *Construção moderna: as grandes mudanças do século XX*. Disponível em <[http://in3.dem.ist.utl.pt/msc\\_04history/aula\\_5\\_b.pdf](http://in3.dem.ist.utl.pt/msc_04history/aula_5_b.pdf)>.